

Para senador, críticas “podem visar o golpe”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Num longo debate acompanhado sob tensão pelo plenário, o senador Fábio Lucena, vice-líder do governo no Senado, afirmou ontem estar convencido da existência de uma “campanha sórdida” contra o Congresso Nacional, “a pretexto do pagamento de *jetons*, mas que pode estar visando a um golpe”. A campanha foi atribuída a “certos donos de jornais”, o que levou o parlamentar amazonense a pedir que o presidente do Congresso defenda a instituição, requisitando a cadeia nacional de rádio e televisão para explicar ao País o que se passa.

O presidente José Fragelli (PMDB-MS), que dirigia os trabalhos da sessão, passou então à defesa do Legislativo, e, num pronunciamento de oito minutos, considerou estranha e mesquinha “a campanha que a imprensa faz contra o Congresso Nacional e mais estranho ainda o apoio que lhe dão alguns congressistas, principalmente o senador Luiz Cavalcante”. Foi Cavalcante quem suscitou todo o debate, ao ler um simples editorial do *Jornal de Brasília* — sobre o problema do pagamento dos *jetons*. Ele não esperava a pronta reação de Fábio Lucena, que, num aparte, indagou: “A que leva esta orquestração que atinge diretamente o Congresso como instituição?”

Disse ainda o presidente do Senado que tem procurado assumir a

defesa do Legislativo, aproveitando para reafirmar que o exercício do mandato legislativo não é uma atividade que se esgota no plenário. Citou, então, dois exemplos, os dos senadores João Castello e Carlos Alberto, o primeiro do Maranhão e o outro do Rio Grande do Norte, ambos ausentes de Brasília, em campanha por suas esposas, candidatas a prefeitas de São Luís e de Natal: “Não admito cortar os seus *jetons*”.

A intervenção do presidente foi aplaudida demoradamente pelos senadores presentes em plenário, que o ouviram em silêncio.

Luiz Cavalcanti voltou a falar e admitiu que também recebeu irregularmente os *jetons* até o último dia 19, quando abriu mão do pagamento se não estiver presente à sessão. Para ele, isso é que amesquinha o Congresso: “Não é efeito, é a causa das críticas que a imprensa tem feito”. Ele discordou de Fragelli sobre a extensão das atividades parlamentares, afirmando que campanhas eleitorais não têm interesse nacional. E notou que a Constituição manda que seja efetuado o corte do *jeton*, “mesmo que o parlamentar esteja num hospital, às vésperas da morte”. O presidente do Senado havia observado também que há 25 anos o Congresso está em Brasília e sempre pagou *jeton* aos ausentes.

Fábio Lucena, em seu pronunciamento, também repeliu críticas do empresário Antônio Ermírio de Moraes (membro da Comissão Constitucional) ao Congresso. O parla-

mentar chamou-o de “meliante do cimento” e não concordou com as declarações em que classificou o Legislativo de poder sem dignidade.

Enquanto isso, na Câmara, o deputado Agnaldo Timóteo (PDS-RJ) tumultuou a sessão, primeiro exigindo que Ulysses Guimarães requisite tempo no rádio e na TV para defender a Casa e depois acusando o presidente Sarney de estar envolvido em “crime de morte, grilagem de terras e corrupção”. Em aparte, Walmor Giarina (PMDB-PR), vice-líder de plantão, desafiou-o a exibir provas do que dizia. Timóteo, frequentemente usando expressões chulas e da gíria, alegou que apenas repetia acusações anteriores do ex-governador do Maranhão, senador João Castelo.

O nível do discurso de Timóteo foi tão baixo que o próprio líder do seu partido, Prisco Viana, pediu à Mesa que suprimisse os trechos mais ofensivos do texto.

Ainda na Câmara, o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), um dos mais assíduos, apresentou projeto modificando os Regimentos Internos da Casa e do Congresso, a fim de eliminar a exigência de número mínimo de parlamentares, em plenário, para a abertura da sessão.

Na Câmara, a sessão foi aberta às 13 horas com apenas quatro deputados em plenário e, na “Casa”, 181. Depois apareceram mais de cem, mas só os líderes votaram, não havendo chamada nominal.